



PUBLICAÇÃO: 24/10/2017



Análise de resiliência, abril-junho de 2017: revisão da literatura, debates e blogs sobre a resiliência

Esta **Análise de Resiliência** resume a escrita e os debates no campo da **resiliência** durante o segundo trimestre de 2017. Compreende uma "visão especializada" sobre alguns dos problemas emergentes para a adaptação transfronteiriça, uma análise de blogs dos últimos seis meses e resumos de alta - Impression literature cinematográfica e artigos de revistas acadêmicas. O capítulo final sintetiza as idéias da literatura em termos de cinco características de **resiliência**: consciência, diversidade, auto-regulação, integração e adaptação.

Pretende encorajar um discurso global sobre como as Convenções do Rio, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, podem servir de plataforma para melhorar o trabalho de adaptação transfronteiriça.

FONTE: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11823.pdf>



Como entender e interpretar os resultados do modelo de clima global

As abordagens de modelagem do clima que projetam futuras mudanças no clima da Terra variam amplamente, gerando diferentes tipos de conjuntos de dados. Esses resultados geralmente são exibidos visualmente em vários formatos, como gráficos estatísticos, mapas e apresentações cada vez mais inovadoras.

Este guia explica por que há tantos resultados do modelo climático e como interpretar as várias formas em que são apresentados, a fim de entender o que os modelos nos dizem sobre o clima futuro provável. Destina-se principalmente a equipe técnica no

governo e em setores não governamentais, para oferecer uma introdução ao que pode ser uma área confusa e altamente técnica.

http://www.futureclimateafrica.org/wp-content/uploads/2017/09/fcfa_gcm-guide-web.pdf



Cartilha - Contratação de refugiados e refugiadas no Brasil

FONTE: <https://drive.google.com/file/d/0BzeogYNFvEqyRDNMQzE1eHhHRXc/view>



Brasil deve aproveitar dados de programas sociais para monitorar objetivos da ONU, defendem especialistas

Para monitorar o cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, nações terão de definir indicadores adequados, capazes de fornecer dados precisos sobre erradicação da pobreza, igualdade de gênero, mudanças climáticas e outros desafios visados pela ONU. O Brasil já começou os debates internos sobre como acompanhar os avanços na Agenda 2030. Para especialistas, país precisa garantir periodicidade na divulgação de estatísticas e aproveitar registros administrativos de programas de proteção social.

“Para obter dados confiáveis para a formulação de políticas para a Agenda 2030, os levantamentos estatísticos e geocientíficos e **os registros administrativos devem ser produzidos em bases regulares, ser de acesso público e gratuito, cumprir um sistema padronizado de conceitos, adotar padrões de documentação e respeitar os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, estabelecidos pela Comissão de Estatística da ONU, em 1994**”, defende a assessora do gabinete da presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Denise Kronemberger.

Iniciativas nacionais de coleta de dados para os ODS foram lembradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ([PNUD](#)) em 20 de outubro, Dia Mundial da Estatística.

Desde 2016, o IBGE preside a Comissão de Estatística da ONU. A instituição também participa do Grupo Interagencial de Peritos sobre Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs, na sigla em inglês), composto por 25 representantes dos institutos nacionais de estatística dos países-membros da ONU. O IBGE foi selecionado para representar os países do MERCOSUL e o Chile neste grupo.

No Brasil, o tema é discutido desde 2015 com autoridades do governo federal. Grupos de trabalho interinstitucionais foram **criados para cada um dos 17 ODS, envolvendo mais de 70 órgãos brasileiros em nível federal**, bem como agências das Nações Unidas com representação no país.

Na avaliação da diretora-adjunta de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Enid Rocha, o maior desafio para que o Brasil tenha uma base de indicadores para a avaliação e o monitoramento dos ODS é o fortalecimento dos Sistemas de Estatísticas Nacionais, o que requer estrutura e recursos para manter a periodicidade das pesquisas, sem problema de continuidade.

“Para além de fortalecer as estatísticas oficiais, existe um longo caminho a ser trilhado, no sentido de converter registros administrativos, produzidos por vários órgãos no âmbito federal, em informações úteis para a construção de indicadores de monitoramento dos ODS”, explica a especialista.

“Em geral, são estatísticas produzidas no entorno da implementação de programas e políticas como a da previdência social, do Cadastro Único, do seguro-desemprego, do imposto de renda de pessoa física e jurídica, entre outras, que, se trabalhadas, são uma fonte riquíssima para a construção de indicadores e para complementar as estatísticas oficiais que são produzidas de forma mais espaçada”, acrescenta Enid.

O PNUD, por meio de parcerias com o governo federal e instâncias estaduais, promove oficinas para facilitar a identificação de dados e indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030.

“A produção e o uso de dados é cada vez mais central para o planejamento de políticas públicas e de outras iniciativas de aterrissagem da Agenda 2030. Sem dados confiáveis, não se pode elaborar um bom diagnóstico, estabelecer uma linha de base, definir prioridades e metas e acompanhar a sua evolução. Dados são centrais e, além de confiáveis, precisam ser atuais, desagregados, inovadores e acessíveis”, afirma a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional da agência da ONU, Andréa Bolzon.

FONTE: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/10/20/-progresso-e-avalia-o-da-agenda-2030-depnde-do-acesso-a-dados-confi-veis-e-desagregados/>



Lições aprendidas: implementação de um mecanismo de gerenciamento de risco soberano e seguro

Este relatório compartilha algumas das principais lições aprendidas com a Capacidade Africana de Risco ao longo dos seus estabelecimentos e operações ao longo dos

anos. Isso é tanto a nível institucional em termos de governança e operações e, inclusive, no seu envolvimento com os seus Estados Membros através do seu programa de capacitação em gestão de riscos, estruturação de contratos de seguro e implementação de pagamentos e iniciativas de monitoramento e avaliação.

Essas lições e experiências têm sido críticas para definir como o ARC, como mecanismo de nível continental e soberano, buscou melhorar suas operações e administração ao longo do tempo e em consonância com a visão transformadora mais ampla da União Africana. Embora não exaustivas, as lições delineadas neste documento fornecem insights críticos sobre as operações do mecanismo ARC, suas fortalezas contextuais, fracos, sucessos e desafios e as estruturas e iniciativas que estão sendo estabelecidas para informar sua melhoria contínua.

FONTE: http://www.africanriskcapacity.org/wp-content/uploads/2017/10/ARC_LessonsLearned.pdf



Avaliação da perda de perdas: Furacão Matthew (DR-4283)

Este relatório avalia os esforços de mitigação de riscos e de prevenção de perdas na Flórida em face do furacão Matthew em 2016. A avaliação de perda de perdas de furacões Matthew avalia os projetos de mitigação de inundações e vales localizados nos 18 municípios incluídos na declaração de desastre presidencial DR-4283. A Divisão de Gerenciamento de Emergência da Flórida (FDEM) avaliou a eficácia de 136 projetos de mitigação dentro dos condados declarados para o furacão Matthew, selecionando projetos baseados na área de impacto do evento.

As avaliações de evasão de perdas demonstram os benefícios fiscais associados às atividades de mitigação e apoiam a tomada de decisões sólidas relacionadas ao financiamento público. Além disso, esta avaliação fornece informações que FDEM e comunidades locais podem usar para identificar mitigação efetiva, melhorar as estratégias de mitigação e aumentar a **resiliência das comunidades** aos riscos naturais.

FONTE: http://www.floridadisaster.org/Mitigation/SMF/documents/DR-4283-Matthew/01_DR-4283%20Loss%20Avoidance%20Report.pdf



Diretrizes nacionais de gestão de desastres: sítios e recintos patrimoniais culturais

O objetivo central dessas diretrizes é servir de modelo para vários ministérios, departamentos e outros atores relevantes que trabalham em sites e recintos do patrimônio cultural para desenvolver planos e estratégias de gerenciamento de risco de desastres através de avaliação de riscos, **medidas de redução de risco, medidas de preparação e resposta a emergências e planejando a recuperação pós-desastre**. As metodologias básicas para cada aspecto do gerenciamento de risco de desastres são resumidas para o benefício dos decisores políticos, bem como dos gerentes de sites e profissionais.

As diretrizes são estruturadas com base no ciclo de gerenciamento de risco de desastres. Essas diretrizes não substituem os planos de gerenciamento específicos do local, e apenas definem os requisitos - tanto físicos como institucionais - que as partes interessadas devem cumprir para reduzir os riscos de desastres para os locais do patrimônio cultural e os recintos públicos em geral. Os capítulos 2, 3, 4, 5 e 6 são acompanhados de listas de verificação indicativas, que estabelecem algumas das ações básicas a serem realizadas em cada nível de gerenciamento de risco de desastres.

FONTE:http://www.preventionweb.net/files/55231_guidelinesculturalheritage.pdf

Diretrizes nacionais de gestão de desastres para museus

Essas diretrizes estabelecem o quadro básico para vários ministérios que rege os museus, bem como os museus individuais para se familiarizarem com os requisitos de um plano de gerenciamento de riscos de desastres. Essas diretrizes devem ser vistas como um modelo para os profissionais dos museus desenvolverem **planos de gerenciamento de desastres através da avaliação de riscos, redução de risco, resposta de emergência e recuperação pós-desastre**.

Essas diretrizes não substituem um plano em si e apenas definem os requisitos - tanto físicos como institucionais - que os museus devem cumprir para reduzir os riscos de desastres.

As seções 2, 3, 4, 5 e 6 são acompanhadas de listas de verificação indicativas, que estabelecem algumas das ações básicas a serem realizadas em cada nível de gerenciamento de risco de desastres. A seção 7 trata da geração de conscientização e capacitação e deve ser usada para desenvolver exercícios nos níveis institucional e de museu.

FONTE:<http://ndma.gov.in/images/guidelines/Guidelines-museum.pdf>



Brasil e Paraguai desenham seis novos projetos de cooperação técnica

Entre os dias 25 a 29 de setembro realizou-se, em Assunção, a I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Paraguai, com o objetivo de conferir renovado impulso ao programa de cooperação bilateral. Foram negociados seis (6) novos projetos nas áreas de agricultura, metrologia, silvicultura e segurança fronteiriça, com vistas à ampliação e diversificação da agenda de cooperação técnica entre os países.

A delegação brasileira foi presidida pelo embaixador Santiago Irazabal Mourão, subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (SGEC) do MRE, enquanto que a delegação paraguaia, pelo embaixador José Antonio dos Santos, vice-ministro das Relações Exteriores.

As reuniões técnicas, coordenadas pela ABC, contaram com a participação de representantes da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Pelo lado paraguaio, além de representantes do governo diretamente envolvidos com a área da cooperação, participaram ainda integrantes da Polícia Nacional (que integra o Ministério do Interior), do Instituto Florestal Nacional (INFONA), do Instituto Nacional de Tecnologia, Normatização e Metrologia (INTM), da Secretaria do Ambiente (SEAM), do Ministério da Saúde Pública e Bem Estar Social, e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG).

Na abertura do evento, os representantes do Ministério das Relações Exteriores e da STP destacaram que as diversas missões multidisciplinares, realizadas desde 1987, têm permitido o fortalecimento dos laços de amizade entre as instituições brasileiras e paraguaias que atuam nos projetos de cooperação técnica. Nesse contexto, ressaltaram que o Paraguai, assim como o Brasil, está empenhado na implementação da **Agenda 2030**, uma vez que o **Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Para além da aprovação de parâmetros e mecanismos para a elaboração e a execução das iniciativas já existentes, de modo a melhor estruturar o programa bilateral, foram desenhadas novas iniciativas de cooperação.

Na área de agricultura, por exemplo, representantes do INTM e do IPA elaboraram o projeto “Melhoramento da Cadeia de Produção de Mel de Cana-de-açúcar”, que contempla a estruturação da cadeia produtiva do mel de cana-de-açúcar, por meio do treinamento de produtores em análises tecnológicas e do compartilhamento de boas práticas no cultivo de cana-de-açúcar e seu processamento para a produção de mel.

No tocante à área da segurança fronteiriça, representantes da Polícia Federal brasileira e da Polícia Nacional paraguaia finalizaram as minutas dos projetos "Estratégia Brasil-Paraguai de Capacitação de Pessoal Responsável pela Luta contra o Tráfico de Drogas" e "Capacitação de Policiais Paraguaios no Combate ao Tráfico de Pessoas e Crimes Relacionados", que visam a contribuir para melhorar a qualidade do trabalho

realizado pela polícia paraguaia, por meio do compartilhamento de experiências, boas práticas e formas de atuação.

Na matéria de metrologia, foram elaborados pelos representantes do INTM e do Inmetro os projetos "Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura Institucional para o Controle de Produtos Elétricos" e "Fortalecimento dos Controles Metrológicos no Campo da Metrologia Legal", ambas iniciativas que têm por objetivo atualizar e criar novos programas de verificação, destinados a contribuir para a promoção da segurança, saúde humana e cuidados com o meio ambiente.

Por sua vez, os representantes da UFV e do INFONA finalizaram a minuta do projeto "Capacitação Técnica para o Desenvolvimento da Silvicultura no Paraguai", o qual possibilitará a capacitação de recursos humanos paraguaios na área de silvicultura de precisão e plantações florestais.

Foram ainda apresentadas, pelo governo paraguaio, quatro novas demandas nas áreas de segurança fronteira, saúde, agricultura e padronização da aquicultura, que serão avaliadas até a próxima reunião do Grupo de Trabalho, tanto à luz da disponibilidade financeira da ABC quanto da disposição dos parceiros brasileiros para executar os projetos. A II Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Paraguai está prevista para ocorrer em abril ou maio de 2019, nesta capital, em data a ser confirmada oportunamente.

A cerimônia de encerramento do encontro teve lugar na sexta-feira, 29 de setembro, ocasião na qual os chefes das delegações congratularam os delegados brasileiros e paraguaios pelos êxitos alcançados durante a semana. Em sua intervenção, o senhor SGEC sublinhou que o Paraguai é uma prioridade para a política externa do Brasil e que, por isso, considera o estabelecimento do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica (GT) de grande importância. O embaixador Santiago Mourão recordou que o GT é um mecanismo já consagrado como um instrumento eficiente para o acompanhamento das iniciativas de cooperação técnica. Enfatizou ainda que as reuniões periódicas permitem impulsionar o portfólio de projetos com o país, de forma sustentável e em consonância com as prioridades estratégicas definidas pelos dois países.

Ao recordar também que o programa bilateral baseia-se nos princípios de solidariedade e corresponsabilidade, o senhor SGEC destacou que há um grande interesse das instituições dos dois países em compartilhar práticas e políticas bem-sucedidas em áreas prioritárias para o fortalecimento institucional. Nesse contexto, os seis (6) novos projetos negociados nessa primeira reunião se somarão aos três (3) projetos bilaterais em andamento, permitindo ampliar a diversidade dos tópicos abordados, bem como fortalecer os laços de amizade entre as instituições participantes.

O embaixador Santiago Mourão lembrou ainda os resultados exitosos da cooperação em matéria de Banco do Leite Humano, realizado no Hospital Materno Infantil San Pablo, que já forneceu aconselhamento e apoio a mais de 4.700 mães lactantes. Mencionou que a segunda fase desse projeto está atualmente em execução no Hospital Regional de Coronel Oviedo e no Hospital Nacional de Itaguá, o que permitirá a expansão desse serviço para outras comunidades do país.

Pelo lado paraguaio, o embaixador José Antonio dos Santos saudou a delegação brasileira e reiterou os agradecimentos à ABC pelo envio da missão, destacando o significado dessa reunião para as relações bilaterais, dada a importância que os dois países atribuem à cooperação, que é desenvolvida por meio do intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as instituições de ambos os países. Enfatizou ainda a relevância da reunião, no sentido de reafirmar o interesse e a vontade política em mais alto nível que ambos os países concedem à gestão da cooperação Sul-Sul, como ferramenta de fortalecimento das capacidades institucionais e de modernização de políticas públicas para o desenvolvimento, bem como para a concretização dos vários processos de integração regional na América Latina e no Caribe.

O vice-ministro concluiu sua intervenção afirmando que esse primeiro exercício, além de enriquecer as relações de cooperação bilateral, reafirma uma situação em que os países do Sul buscam maior liderança, apropriação e integração, em resposta à dinâmica atual da cooperação internacional.

Por fim, os chefes das delegações concordaram que a cooperação Sul-Sul possui um dinamismo especial em nossa região, reconhecendo o enorme potencial para o intercâmbio de experiências e a consolidação de boas práticas, que permitem desenvolver e aprimorar as políticas públicas institucionais em benefício dos cidadãos.

A reunião do Grupo de Trabalho, que contou com ampla divulgação na imprensa paraguaia, contribuirá de forma consistente para o aprimoramento da agenda de cooperação técnica bilateral, assegurando-lhe a diversidade e o dinamismo exigidos pela densidade das relações entre Brasil e Paraguai. Ademais, os encontros periódicos do GT representam um significativo avanço para a execução de um programa bilateral abrangente, que se tem mostrado fundamental para as relações bilaterais.

FONTE: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/797>



Capacitação para mudanças climáticas: lições de outros regimes

Este documento coloca o argumento de que, como nem todos os países têm a mesma capacidade de se adaptar às mudanças climáticas e porque aqueles com menor capacidade são atingidos primeiro e mais difícil por impactos, é fundamental que as disposições de fortalecimento de capacidade do **Acordo de Paris** sejam implementadas com sucesso.

Para fazer isso, argumentam os autores, os líderes climáticos devem aprender com o trabalho existente sob outros regimes internacionais para garantir a eficácia de seus programas. Isso inclui o apoio à capacitação a longo prazo, com os países receptores que se apropriam do trabalho.

Os autores analisaram dados em relatórios de agências de desenvolvimento e derivam indicadores de políticas de suas descobertas. Estes são os seguintes:

- O apoio internacional e nacional através das instituições e do financiamento é fundamental para uma capacitação bem sucedida.
- A capacitação deve ser projetada para ser a longo prazo e auto-sustentável.
- A apropriação nacional pelos países beneficiários dos esforços de capacitação é fundamental para garantir seu sucesso.
- A educação, o treinamento e a conscientização sobre os direitos humanos são fundamentais para sustentar a capacitação a longo prazo.

FONTE: <https://www.sei-international.org/mediamanager/documents/Publications/SEI-2017-AdaptationWatch-brief-2.pdf>

EVENTOS



ONU promove na quinta-feira (26/10) seminário sobre mudança do clima, pobreza e desenvolvimento humano



Seminário abordará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Imagem: PNUD

Para discutir os riscos que as mudanças climáticas trazem para as populações e economias, agências da ONU realizam na próxima quinta-feira (26), em Brasília, o seminário “Diálogo Estratégico sobre Mudança do Clima, Erradicação da Pobreza e

Desenvolvimento Humano”. Evento reunirá especialistas para discussões das 14h às 18h, na Casa das Nações Unidas. Um dos temas do evento é a relação entre as transformações dos padrões climáticos e as dinâmicas populacionais. Para as Nações Unidas, compreender os vínculos entre esses fenômenos é crucial para a formulação de políticas que protejam os direitos das pessoas e o planeta.

O seminário em Brasília é promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Fundo de População da ONU (UNFPA), a ONU Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O coordenador-residente interino da ONU no Brasil e diretor de país do PNUD, Didier Trebucq, fará a abertura do evento, juntamente com o secretário de mudança do clima e florestas do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero.

No primeiro painel, serão discutidas as relações entre as mudanças do clima e a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Com o tema “População e Mudança do Clima: avanços e desafios para o desenvolvimento sustentável”, o **segundo painel** trará informações sobre a mudança do clima e desenvolvimento sustentável nas cidades e sobre os povos e comunidades tradicionais.

No terceiro painel, procurando discutir soluções e debater uma agenda positiva de ações, o tema será “Resposta à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e esforços para erradicar a pobreza”. Os painéis contarão com especialistas do PNUD, CEPAL e UNFPA, assim como do governo, sociedade civil e academia.

O seminário é o terceiro de quatro encontros dos “**Diálogos Estratégicos sobre Mudanças Climáticas**”, uma iniciativa do Sistema ONU no Brasil, organizada pela ONU Meio Ambiente juntamente com outras agências, fundos e programas das Nações Unidas no país. Os eventos fazem parte das ações para a divulgação da Agenda 2030.

Serviço

“Diálogos sobre Mudança do Clima, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Humano”

Local: Casa da ONU, SEN, Lote 17, Conjunto C, Brasília, DF

Horário: 14h00 às 18h00.

Para saber mais sobre a Agenda 2030, acesse: <http://www.agenda2030.org.br/>

Para saber mais sobre os Diálogos, acesse <http://www.unep.org/americalatinacaribe/br/sistema-onu-promove-ciclo-de-%E2%80%9Cdi%C3%A1logos-em-mudan%C3%A7as-do-clima%E2%80%9D>

Inscrições podem ser feitas aqui.

FONTE: https://docs.google.com/forms/d/1PaUMt1HCrBbIWmTdm3ruol-6R5pXOkFnP9tdq5S7xok/viewform?edit_requested=true

MAIS INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>